

Movimento Tenentista de 1924

O levante de Manaus

Roberto de Castro ^a

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade o estudo do movimento tenentista ocorrido na capital do Amazonas Manaus, em 1924, que contou com forças do exército e da marinha bem como o trabalho combinado dessas forças permitiu pequenas frações tomarem importantes localidades geográficas da Amazônia em pouco tempo e com meios limitados, sendo o objeto de grande importância para o estudo no campo militar. A liderança desempenhada pelos líderes revolucionários como os tenentes Magalhães Barata, Ribeiro Júnior e Baker Azamor fizeram toda a diferença para o início bem-sucedido do movimento também há de se destacar a liderança por parte das forças governo estas desempenhadas principalmente pelo general Menna Barreto e a bem-sucedida manobra do oficial de operações Eurico Gaspar Dutra para a tomada da Fortaleza de Óbidos. A ocorrência ímpar permite também trazer luz, as causas da revolta, uma intrínseca questão de cunho político econômico e social que abateu aquela região a cerca de um século e que serve de subsídio dos problemas quanto ao desenvolvimento deste país até hoje.

Palavras-chave: Movimento Tenentista, Amazônia, Primeira República.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada *Movimento Tenentista (1924) – Levante de Manaus* está inserida como parte do seminário “Conflitos militares do Brasil Contemporâneo: o papel do Exército Brasileiro na

preservação da ordem e das instituições”.

A pesquisa tem por objetivo apresentar um conflito pouco conhecido ocorrido no escopo do Tenentismo, mas que contribuiu para as grandes mudanças no cenário nacional.

^a Major de Artilharia, mestre em desenvolvimento rural. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Entre os métodos utilizados, as pesquisas bibliográfica e biográfica fundamentam este estudo, bem como as inferências que possibilitaram uma interpretação das motivações e consequências advindos dos fatos ocorridos em Manaus e na região amazônica em meados de 1924.

A seguir, são apresentados o contexto e as causas do levante de Manaus, como parte da introdução. No desenvolvimento serão abordados os líderes os líderes do movimento e as manobras militares que compuseram os enfrentamentos, tanto na capital do Amazonas quanto na cidade de Óbidos, núcleo da defesa contra a força-tarefa marítima que vinha sufocar o movimento. Por fim, serão apresentadas algumas consequências resultados do levante de Manaus.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Manaus tinha status de comarca desde 1850, a Comarca do Alto

Amazonas à Província do Amazonas, possuía localização geográfica privilegiada entre os rios Amazonas e Negro, recortada por igarapés, sendo ponto de parada para a navegação a vapor ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. Esse fato criou as condições de transporte para o novo ciclo econômico conhecido como ciclo da borracha, no qual a exploração do látex proporcionou o desenvolvimento geográfico e econômico daquela região, no contexto do incremento da industrialização em escala mundial.

Com a proclamação da República, em 1889, Manaus foi elevada a capital do Estado do Amazonas, época em que a borracha, matéria-prima da indústria mundial, era cada vez mais requisitada. O Amazonas, como principal produtor, orientou sua economia para atender à demanda, no chamado Período Áureo da Borracha (1890-1910). A cidade se tornou um polo atração para brasileiros de várias partes do país, além de ingleses, franceses, judeus, gregos, portugueses, italianos e espanhóis. Esse crescimento demográfico gerou mudanças sig-



nificativas na cidade. Com a riqueza gerada pela exploração da borracha, os governantes e comerciantes locais trouxeram da Europa vários arquitetos e paisagistas para a execução de um ambicioso plano urbanístico, que resultaria em uma cidade com perfil arquitetônico europeu, embora dentro da selva¹.

A partir de 1892, o governador Eduardo Ribeiro elaborou um plano para coordenar o crescimento, por meio da criação do serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversas bandeiras. Em 1902, começou a obra para modernização do Porto de Manaus, realizada pela firma inglesa *Manaos Harbour Limited*, terminada em 1910. O porto foi construído respeitando o fenômeno de cheia e vazante do rio Negro. O complexo portuário possuía armazéns com chapas onduladas de vedação, o *road-way* sobre boias flutuantes, edifícios da Alfândega e da Administração com estrutura de ferro oculta sob vedações de alvenaria,

com elementos alusivos a estilos passados. Neste complexo, eram transportados recursos da exploração, do beneficiamento e da exportação da borracha. A cidade ligava-se diretamente ao mercado internacional e contribuía economicamente com 38% das divisas do país².

A metrópole da borracha, nos anos 1900, abrigava uma população de 20 mil habitantes, em suas ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de lioz importadas de Portugal, praças e jardins exuberantes, fontes, monumentos e o suntuoso Teatro Amazonas. Além de hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários, palacetes e todos os requintes de uma cidade moderna³.

Apesar do grande desenvolvimento econômico e das obras e construções imponentes realizadas na era de ouro da borracha, estas foram pouco significativas para a melhoria das condições de vida da população em geral.

No contexto político, a cidade vivia uma forte influência da política das oligarquias, com um escalonamento de crises que resultaram no Levante de 1924. Esse processo



iniciou com intervenções diretas, como o bombardeio de Manaus ocorrido em 1910, que será estudado a seguir; crise na sucessão do governo do Estado em 1916; o movimento civilista de Rui Barbosa; a Reação Republicana, campanha eleitoral de Nilo Peçanha de 1921; a crise no governo de Arthur Bernardes, representadas pelas cartas falsas; a desconfiança de fraudes nas eleições, que culminaram no início do movimento tenentista em 1922, com “os 18 do Forte de Copacabana” e que se seguiram com os levantes no ano de 1924, os quais veremos mais diante.

O BOMBARDEIO DE MANAUS DE 1910

O governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt sofreu um golpe organizado pelo vice-governador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Em seu governo, ocorreu o bombardeio de Manaus, em 8 de outubro de 1910. Bittencourt foi deposto, vindo a refugiar-se em Belém, mas voltou a

assumir o cargo em 31 de outubro de 1910.

Um radiograma vindo da capital federal na noite de 7 de outubro de 1910, cujo presidente era Nilo Peçanha, instigou os comandantes do Batalhão de Caçadores, coronel Joaquim Pantaleão Teles de Queirós Filho, e do comandante da Flotilha do Amazonas, capitão de corveta Francisco da Costa Mendes a realizarem uma ação de bombardeio, visando à deposição do governador Antônio Bittencourt, a qual ocorreu após um dia de ações militares.

Não obtendo êxito na ação frontal, os comandantes militares decidiram por bombardear ostensivamente a cidade, forçando com essas ações desproporcionais a rendição do governador numa forma de impor sua deposição em favor de Sá Peixoto com o mínimo de perdas de tropas federais.

Amanhece o dia oito de outubro, às 5h30min são iniciadas as hostilidades, tropas federais sobem as ruas Bernardo Ramos e Municipal (atual 7 de Setembro) entrando em combate com a guarda militar



do Palácio do Governo, mas são rechaçados. Não obtendo êxito na ação frontal, os comandantes militares decidiram por bombardear ostensivamente a cidade forçando com essas ações desproporcionais a rendição do governador numa forma de impor sua deposição em favor de Sá Peixoto com o mínimo de perdas de tropas federais.

A fuzilaria causou grandes danos nos imóveis da cidade e pelo menos três mortes, forçando os cônsules presentes a intermediarem o fim da resistência do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que partiu para buscar refúgio em Belém e de lá apelar ao governo central a legitimidade das ações e seu restabelecimento do cargo de governador o que aconteceu no final do mês.

Ainda, o presidente Nilo Peçanha negou que tivesse instigado ou participado da deposição do governador Antônio Bittencourt e atribuiu unicamente a culpa ao vice-governador e aos militares do Exército da Marinha, cujos comandantes foram presos e julgados pelo Supremo Tribunal Militar. O

fato serviu apenas para alimentar uma série de crises políticas no estado do Amazonas e alimentar a desconfiança da sociedade civil, quanto aos militares, que passaram a ser hostilizados, conforme publicações nos jornais da época.

Uma consequência foram os julgamentos do coronel Pantaleão foi condenado a oito anos e cumpriu seis meses de trabalhos forçados, sendo reintegrado em 1912. O capitão de corveta Francisco da Costa Mendes foi absolvido, apesar do fato ter manchado sua carreira e reputação.

Outra consequência foi a retirada da Flotilha do Amazonas de Manaus para Belém após o incidente, tendo esta retornado somente em 1912. Tendo seu primeiro exercício de tropas em 1913.

O LEVANTE DE MANAUS

Os líderes do movimento Tenentista eram primeiros-tenente: José Baker Azamor, pela Marinha do Brasil e Alfredo Augusto Ribe-



ro Junior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

O tenente Azamor⁴, piloto aeronaval, já havia se metido numa tentativa de assassinato ao então presidente da época Eptácio Pessoa, porém foi beneficiado por uma menagem que levou ao arquivamento do caso, porém como punição foi designado a compor a flotilha do Amazonas vindo se apresentar na cidade de Manaus, onde assumiu o cargo de Imediato da Canhoneira Missões.

Magalhães Barata foi transferido para o 27º Batalhão de Caçadores, também em Manaus, por motivos semelhantes no ano de 1922 foi detido em São Paulo, quando tentava chegar a Ponta Grossa levava conspiradores locais instruções orientando a prisão do ministro da Guerra, o marechal Setembrino de Carvalho, que estava regressando do Rio Grande do Sul.

A transferência para a região amazônica era vista como uma punição na época e reunir todos “os indesejados” proporcionou uma

oportunidade única para a conspiração.

Ambos já estavam determinados há uma reação militar violenta em protesto contra o regime político vigente. Durante suas transferências puderam observar por meio da navegação nas formas nas melhores formas de defender a guarnição que viessem a tomar no caso Manaus. A geografia só permitia chegar àquela capital por meio fluvial tendo que passar pelo Estreito de Óbidos, que estava guardado por canhões do 4º Batalhão de Artilharia de Costa.

Sabendo que após iniciarem as atividades militares sofreriam uma forte reação do poder central com o deslocamento da esquadra do Rio de Janeiro para Manaus, a fim de retomar o governo do Amazonas. Os “conspiradores” planejaram uma defesa centralizado em Óbidos, tendo em vista, a imensa diferença de poder entre a Flotilha do Amazonas, composta de barcos de pequena tonelagem e artilharia de pequeno calibre contra os pesados cruzadores e encouraçados da Marinha Brasileira.



Em 5 de julho de 1924, batalhões pertencentes a 8ª Região Militar, cujo comandante era o coronel Raymundo Rodrigues Barbosa entraram alerta devido ao início dos Levantes em São Paulo, o mesmo ocorreu com a Flotilha do Amazonas. As tropas entraram em situação de ordem de marcha, sendo abastecidas (alimentos e combustível) e municadas, estando prontas para partir para os combates em São Paulo.

Em 23 de julho de 1924, às 19 horas, os três oficiais superiores da Marinha foram feitos prisioneiros⁵ pelos tenentes do Exército, sendo passado o comando os tenentes da Marinha da Revolta. Era o início da manobra, ao sinal de foguetes, o primeiro-tenente Sebastião Mendes de Holanda saiu do Batalhão (27º BC) numa manobra simples as tropas do batalhão de caçadores desceriam a rua em direção à para as Osório tomando o quartel geral da Polícia Militar e, na sequência, o Palácio Rio Negro. O coronel PM Pedro Souza saiu gravemente ferido e sua guarnição de 15 soldados foi vencida em 35 minutos.

A intenção era depor o governador César do Rego Monteiro, o prefeito de Manaus, Edgard do Rego Monteiro, o chefe de Polícia Mário do Rego Monteiro e os dois filhos do governador, que ocupavam altos cargos públicos também, denotando o forte nepotismo que regia a administração pública. Na sequência a família Rego Monteiro foi presa para apuração de desvio de dinheiro público, agiotagem e outros crimes. A ideia inicial de passar o governo foi frustrada pela falta de interesse na linha sucessória, representadas pelo Poder Legislativo, o deputado Antônio Aires de Almeida Freitas e Judiciário, o desembargador Sá Peixoto, o mesmo pivô de 1910, todos membros da oligarquia local.

Assim o governo do Estado do Amazonas passa ao primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que assumiu em 24 de julho, aclamado pela população que tomou conhecimento da proclamação da Revolta:

Nós militares, da Marinha e do Exército, brasileiros, não podemos



permanecer por maior tempo surdos a esses angustiosos apelos de proteção e benemerência, que, pelo intermédio de seus sofrimentos e amargores, os nossos cidadãos nos faziam.

Empunhando as armas para depor um governo, que é, tão somente um simples reflexo - descolorido e passivo, do chefe do poder central, nós desejamos tão somente, prestar o nosso apoio - material e moral a causa sacrossanta da reivindicação da liberdade⁶.

Em 25 de julho, a Flotilha do Amazonas, composta pelo *Ajuricaba* com dois canhões Armstrong 47mm e duas metralhadoras 7mm, chega a Fortaleza de Óbidos depois de tomar Itacoatiara e Parintins, silenciando o telégrafo. Essa fortaleza era composta por duas posições, a Bateria Armstrong 152mm (com quatro canhões e 825 granadas) na Serra da Escama, e a Bateria Krupp 75mm (com 12 canhões e 1.130 granadas), no Forte Velho. Diante da exigência de capitulação da guarnição do 4º Grupo de Artilharia de Costa, face à indecisão do capitão Bastos Nunes, seus tenentes Saint Claire Paes Leme e Rangel aderem a Revolta, prendendo-o.

Agora a Flotilha do Amazonas, com cerca de 800 combatentes no *Ajuricaba*, *Teffé*, *Missões* e vapor *Bahia*, está reforçada com a artilharia Krupp do 4º GACos.

Apesar da expansão do movimento revoltoso, Óbidos representou o limite territorial conquistado pelo 27º BC, uma vez que a revolta do 26º BC foi contida em Belém com a morte do capitão Assis, em 26 de julho e Santarém não aderiu ao movimento sendo reforçada com tropas de Artilharia.

Em 31 de julho, é constituído o Destacamento Norte, sob o comando do general João de Deus Menna Barreto, que ajudou o governo federal a debelar a revolta de 1922 na Escola Militar. O grupamento seria composto pelos 1º, 2º e 3º Batalhões de Caçadores, do Rio de Janeiro; pela 3ª Companhia de Metralhadoras Pesadas e por uma Seção de Comunicações, um total de 1.400 militares do Exército entre oficiais e praças. No caminho seria reforçado por mais de 100 militares do 21º Batalhão de Caçadores de Recife, tropas da Polícia Militar do Pará e tropa de



artilharia sediada em Santarém. O destacamento embarca no dia 2 de agosto chegando à capital paraense no dia 11 daquele mês, local da concentração de meios. A força naval era constituída pelos navios transporte de tropa *Poconé*, como capitânia, *Bello Horizonte*, *Rio Mar* e *Sobradinho*, pelos navios de apoio, *Cuiabá* e *Curitiba*, pelos navios escolta *Mato Grosso*, *Sergipe*, *Amapá*, *Ernestina* e *Adalberto Nunes* e pelo cruzador *Barroso*.

O poder de fogo do *Barroso* era incomparavelmente superior, navegava a 22 nós - 40 km/h, possuía seis canhões Armstrong de 152mm, quatro canhões Armstrong 120 mm, 10 canhões Maxim-Nordenfelt de 57 mm, seis canhões Maxim Nordenfelt de 37 mm, lançadores de torpedos e dois hidroaviões, num total de 389 membros da tripulação.

Em 19 de agosto, o cruzador *Barroso* entrou em combate com o navio aviso *Teffé*, um embate de Golias versus Davi, 4.400 toneladas contra 80, que não suportou o fogo de suas baterias sendo forçado a buscar a margem superior do Rio

Amazonas, a fim de encalhar e permitir o desembarque da tripulação, que seguiu pela selva até chegar a Fortaleza de Óbidos.

Na noite de 20 de agosto, os contratorpedeiros *Sergipe* e *Mato Grosso* iriam render o *Barroso*, por navegarem melhor em ambientes confinados. Na foz do Tapajós, localidade de Santarém - proximidades da Ponta Negra, a força legalista encontrou o vapor *Jary* com revoltosos, o embate foi rápido e os tiros precisos, afundando o vapor na segunda salva de tiros 101mm. O resultado foi catastrófico para os revoltosos, 62 capturados entre 13 feridos e cerca de 40 a 50 afogados/desaparecidos.

Em 23 de agosto, inicia a operação para tomar a Fortaleza de Óbidos. Os hidroaviões realizam reconhecimento em força, bombardeando as posições da bateria na Serra Escama e dos navios revoltosos. Seguem salvas de dezenas de tiros do cruzador *Barroso* e dos contratorpedeiros contra as posições de artilharia. O resultado moral é mais grave do que os impactos sobre as instalações e feridos. A



moral vai desanimando nas tropas revoltosas, um dos canhões Arms-trong não aguenta o recuo, vindo a se partir da base e fica enterrado. Pouco a pouco a fuzilaria e os bombardeios vão diminuindo. O Destacamento Norte consegue realizar o desembarque das tropas nas imediações de Óbidos, o cerco está completo.

Diante da conjuntura as praças de artilharia parecem vazias, na primeira noite deserta a infantaria do 27º Batalhão de Caçadores, na tarde seguinte, a tropa de artilharia começa a debandar, restando menos de 60 combatentes guarnecendo as fortificações. O tenente Magalhães Barata se vê diante de um dilema, aguardar a tomada das fortificações que estão sob seu comando ou realizar uma rendição com o mínimo de dignidade, despachando as forças navais que o apoiam para Manaus. Ele decide pela rendição incondicional. Quando as tropas legalistas sobem os caminhos desguarnecidos dos Fortes, em 26 de agosto, encontram apenas os oficiais e menos de 10 praças que ainda guarneciam, nem

parecia que daquela posição entre desfiladeiro e mata fechada puderam desaparecer 800 combatentes aproximadamente.

Diante do fracasso da defesa de Óbidos as tropas remanescentes em Manaus optam por realizar a rendição, que ocorreu em 28 de agosto, evitando assim um novo cenário de bombardeio contra a cidade, semelhante ao que aconteceu em 1910 e que ainda estava vivo na memória de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aviação naval empreendeu um papel decisivo para intimidar e degradar o poder de combate dos revoltosos (comemora-se o primeiro ataque aeronaval da história do Brasil na data de 23 de julho de 1924).

O general Menna Barreto aprisiona os revoltosos e designa o coronel Raimundo comandante da oitava região militar como interventor do governo do estado do Amazonas. Apesar dos resultados



militares infrutíferos da revolta de Manaus seus líderes ganharam enorme prestígio político e social ao rebelarem se contra um sistema político injusto vindo a compor o cenário político da década seguinte na era Vargas.

O tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior governou por apenas 36 dias o Estado do Amazonas, ficando preso de 1924-1927. Foi anistiado após a Revolução de 1930, eleito Deputado Federal pelo Amazonas, sendo cassado no Estado Novo. Chegou a capitão, morrendo em 1938.

Projeção na política pela atuação do coronel Raimundo Rodrigues Barbosa, então Comandante da 8ª Região Militar de Belém, no que ficou conhecido como Governo Militar do Estado de agosto a dezembro de 1924, foi promovido a general e foi ministro do Superior Tribunal Militar.

O general João de Deus Mena Barreto, comandou a Força Destacamento Norte o que pacificou as revoltas tenentistas. Com a eclosão do movimento revolucionário de 1930, a junta governativa composta

pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha depôs o presidente Washington Luís, e assumiu o controle do país. Terminou a carreira como ministro do Superior Tribunal Militar.

O capitão Eurico Gaspar Dutra, chefe da Seção de Operações da Força Destacamento Norte, teve papel de destaque no Governo Vargas e se tornaria Presidente da República.

A Flotilha do Amazonas, mais uma vez, recebeu ordem de transferir-se para Belém. Ficando em Belém de 1924 a 1931, retornando para socorrer a praça comercial da cidade que se encontrava em absoluta decadência econômica.

Em 1933, para garantir a neutralidade do Brasil, quando da eclosão do Conflito de Letícia, entre Peru e Colômbia, por disputas de demarcação de fronteiras, é criada a Divisão Naval em Operações no Rio Amazonas que, suspendendo do Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1933, atinge Manaus, incorporando os navios da Flotilha do Amazonas.



BIBLIOGRAFIA

Arquivos do Governo do Estado do Amazonas

Arquivos do Ministério da Guerra

Arquivos do Ministério da Marinha

ARAGÃO, Isabel. O Levante das Forças do Exército e da Marinha no Amazonas no ano de 1924. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 29, n. 118-133, jul./dez. 2014.

CARDOSO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CUNHA, Temístocles. *O Malho*, edições de 1910 a 1925.

HISTÓRIA DO MUNDO. *Tenentismo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/tenentismo.htm>>. Acesso em 10 jul. 2023.

IPHAN. *Manaus*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/269>>. Acesso em 28 jun. 2022.

¹ IPHAN. *Manaus*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/269>>. Acesso em 28 jun. 2022.

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Disponível em <<https://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/tenente-jose-baker-azamor>>.

⁵ A decisão foi tomada em conjunto, a fim de evitar o constrangimento, dos 10 oficiais subalternos da Marinha fizessem seus superiores de prisioneiros, sendo passado o encargo aos revoltosos do Exército.

⁶ CUNHA, Temístocles. *O Malho*, edições de 1910 a 1925.